

Política educacional no campo: um projeto educativo em desenvolvimento na Escola de Agroecologia Milton Santos Paíçandu-PR

Vânia de Menezes¹

Resumo: As duas últimas décadas testemunharam a emergência do discurso da sustentabilidade como a expressão dominante no debate que envolve as questões de meio ambiente e de desenvolvimento social em sentido amplo. O presente trabalho apresenta um estudo sobre a sustentabilidade e a importância da educação do/no campo em torno deste eixo, tendo como objeto de estudo o projeto pedagógico em desenvolvimento na Escola Técnica de Agroecologia Milton Santos situada no município de Paíçandu-Pr. E como objetivo geral propor um estudo detalhado sobre as problemáticas em questão apontada pela legislação vigente e analisar até que ponto a pedagogia adotada pelo MST na escola técnica agroecológica, pode ou não contribuir com o processo de humanização do ser humano e ao mesmo tempo buscar alternativas de desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Sustentável; Educação No Campo; Prática Educativa e Agroecologia; Escola de Agroecologia Milton Santos.

Abstract: The last two decades have witnessed the emergence of the discourse of sustainability as the dominant term in the debate

¹ Licenciada e bacharel em ciências sociais (2009) pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora Especialista em Docência do Ensino Superior (2012) pela Faculdade de Tecnologia América do Sul. Professora Especialista em Educação do/no Campo (2013) pela Faculdade Eficaz e Professora Especialista em Educação Especial (2013) pela Faculdade de Tecnologia América do Sul. Atualmente tem experiência na área de educação, com ênfase em sociologia, antropologia e ciências política, atuando como docente pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná-SEED-PR (2010). Residente no município de Maringá-PR/BR. E-mail: vaniarpm@yahoo.com.br

surrounding the issues of environment and social development in a broad sense. This paper presents a study on sustainability and the importance of education / in the countryside around this axis having as object of study the teaching project in development at the Technical School of Agroecology Milton Santos in the municipality of Paiçandu-Pr. And as a general objective to propose a detailed study of the problem in question pointed out by current legislation and analyze the extent to which the pedagogy adopted by the MST in agroecological technical school, may or may not contribute to the process of humanization of the human being while seeking sustainable development alternatives.

Keywords: Sustainable Development; In the education field; Educational Practice and Agroecology; School of Agroecology Milton Santos.

Introdução

O desenvolvimento sustentável visto de forma crítica tem um componente educativo formidável: a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação. É aqui que entra em cena a Pedagogia da Terra, a ecopedagogia. Ela é uma pedagogia para a promoção da aprendizagem do “sentido das coisas a partir da vida cotidiana”... (GADOTTI, 2002, pg. 19)

Desenvolvimento sustentável é a forma de desenvolvimento que não agride o meio ambiente de maneira que não prejudica o desenvolvimento vindouro, ou seja, é uma forma de desenvolver sem

criar problemas que possam atrapalhar e/ou impedir o desenvolvimento no futuro.

A partir do momento em que o desenvolvimento sustentável foi pela primeira vez apoiado pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1987, o conceito de educação para o desenvolvimento sustentável foi também explorado. A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no Rio de Janeiro (Rio-92) uniu representantes de governos, organizações internacionais e não-governamentais e sociedade civil para discutir os desafios do próximo século e adotar um plano global de ação para enfrentá-los. O plano de ação, conhecido como Agenda 21, forneceu uma série de princípios para auxiliar Governos e outras instituições na implementação de políticas e programas para o desenvolvimento sustentável. O capítulo 36 da Agenda 21 afirma que a educação é essencial no rumo ao desenvolvimento sustentável.

No Brasil no ano de 2010, de acordo com os dados extraídos pelo Instituto de Pesquisa de Geografia e Estatísticas (IBGE), a agricultura moderna tem gerado impactos ambientais que comprometem a sustentabilidade dos ecossistemas agrícolas a médio e longo prazo, embora esteja elevando a produtividade e atingindo níveis de produção que atendem as demandas do mercado. Os fertilizantes são largamente utilizados para o aumento da produtividade agrícola, estando associados à eutrofização dos rios e lagos, à acidificação dos solos, à contaminação

de aquíferos e reservatórios de água, à geração de gases associados ao efeito estufa e à destruição da camada de ozônio.

Se aceitarmos o fato de que as sociedades são o resultado direto dos níveis educacionais que alcançamos, então não há como negar de que para revertermos o processo de degradação do planeta é preciso repensar os modelos educacionais.

Caldart (2003) ao analisar a escola do campo em desenvolvimento conclui que, olhando hoje para a história do MST é possível afirmar que em sua trajetória o Movimento acabou fazendo uma verdadeira ocupação da escola.

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito. (CALDART, 2003, pg. 66)

Neste sentido, a trajetória da luta por educação e escolas nos assentamentos por parte do MST vai desde a briga pela criação de escolas oficiais até a briga pela direção política e pedagógica do processo educativo a ser desenvolvido nessas escolas. Na dinâmica do MST fica claro que, além da luta pela Reforma Agrária, está em jogo também a questão mais ampla da cidadania do/a trabalhador/a rural sem

terra que, entre tantas outras coisas, inclui também o direito à educação e à escola.

Como relata o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC, 2007), preocupados com os rumos da educação no/do campo foram dadas iniciativas institucionais para a criação de uma agenda pública voltada ao encaminhamento de políticas para a educação do campo, envolvendo segmentos da sociedade organizada, baseiam-se em algumas premissas fundamentais. Em 2002, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Todavia, o mesmo reconhece falhas ao alegar que, para que sejam alcançados padrões mínimos de qualidade, as escolas da área rural deverão receber atenção especial.

Neste contexto, a pesquisa tem como objeto de estudo ações promovidas pelos sujeitos coletivos do campo na busca pela efetivação de políticas sociais públicas de educação nas áreas de Reforma Agrária e de comunidades do campo. Ações que se constituíram em importantes mobilizações que influenciaram na construção de Centros/Escolas de Formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Município de Paiçandu para a organização do trabalho pedagógico e na concretização de práticas educativas em agroecologia.

A Escola Técnica de Agroecologia Milton Santos situada na estrada velha para Paiçandu, na área rural de Maringá, fundada desde junho de 2002 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra,

talvez, busque repensar o modelo educacional brasileiro por meio de um programa pedagógico diferenciado.

Dentro deste contexto, a metodologia deste propõe uma reflexão em torno do eixo sustentabilidade e pedagogia da terra (GADOTTI, 2002), por meio de levantamentos de dados que busquem resgatar as problemáticas que envolvem o assunto em questão (INEP/MEC, 2007) e (IBGE, 2010), e por fim, uma análise precisa sobre a educação no campo (AMIGUINHO, 2005), (ANTONIO e LUNICI, 2007), (ARROYO e FERNANDES, 1999), (BENJAMIN e CALDART, 1999), (CALDART, 2003) e o projeto pedagógico desenvolvido na Escola de Agroecologia Milton Santos (EMS) situada no município de Paiçandu-PR.

Sustentabilidade e educação do/no campo

O conceito de sustentabilidade conjuga, ao mesmo tempo, aspectos ambientais, sociais, econômicos, éticos, étnicos, políticos, comportamentais, entre outros, sendo utilizado pela primeira vez na Assembléia Geral das Nações Unidas em 1979, indicando que o desenvolvimento poderia ser um processo integral que inclui dimensões culturais, éticas, político, sociais, ambientais, e não só econômicas. Esse conceito foi disseminado mundialmente pelos relatórios do Worldwatch Institute na década de 80 e particularmente pelo relatório “Nosso Futuro

Comum”, produzido pela Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987.

O desenvolvimento atual, apesar de trazer melhorias à população, trouxe inúmeros desequilíbrios ambientais como o aquecimento global, o efeito estufa, o degelo das calotas polares, poluição, extinção de espécies da fauna e flora entre tantos outros.

Gadotti (2003) resume assim o nosso contexto atual:

Pela primeira vez na história da humanidade, não por efeito de armas nucleares, mas pelo descontrole da produção, podemos destruir toda a vida do planeta. É a essa possibilidade que podemos chamar de era do exterminismo. Passamos do modo de produção para o modo de destruição; teremos que viver daqui para frente confrontados com o desafio permanente de reconstruir o planeta. Temos talvez pouco mais de 50 anos para decidir se queremos ou não destruir o planeta. (GADOTTI, 2002 pg. 15).

Uma das ações para reverter este processo no Brasil foi à luta pela elaboração e concretização de uma política pública voltada para a problemática em questão, todavia vale ressaltar que a Educação do/no Campo em nosso país é algo que tem sido discutido há anos, e, que, no entanto, ganha destaque apenas a partir da década de 1990, período no qual a educação passa a ser o centro dos debates.

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das

minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. (BRASIL-MEC/ PARECER N.º: 36/2001)

De acordo com o MEC (2001), o Estado brasileiro desde sua constituição é um país onde predominam características basicamente agrárias, todavia, a educação dos sujeitos do campo passou a ser discutida apenas a partir das primeiras décadas do século XX, quando houve um grande aumento de movimentos migratórios entre o campo e cidade produzindo o crescimento da população urbana.

O corpo legal da Constituição Federal Brasileira possibilitou que, em 1996, fosse publicada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96), que destacou, em apenas um artigo a educação rural como garantia a população camponesa. E finalmente, no Estado do Paraná, no período de 2004 a 2006, fundamentou-se nas Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo e em articulação com movimentos sociais do campo elaboraram as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo do Estado do Paraná (2006), sendo esta um importante instrumento para a construção de uma educação pública e gratuita que respeite à diversidade no campo no estado do Paraná.

Gostaria de ressaltar que, não cabe aqui abordar a educação em seus múltiplos aspectos tão bem formulados em 1996 pela UNESCO. A reflexão no momento é a situação atual, onde exige uma maior atenção ao desenvolvimento sustentável, isto é, cada saber deve prestar a sua colaboração a fim de proteger a Terra, salvar a vida humana e o nosso projeto planetário.

Ao observar a trajetória da educação do/no campo, é possível notar os avanços conquistados neste, tanto a nível internacional como nacional, todavia, este tipo de educação ainda se demonstra insuficiente. Como veremos a seguir, a proposta pedagógica não anda em conjunto com as práticas, dificultando a concretização deste. Como afirma Amiguinho (2005):

A escola é, muitas vezes, particularmente em meio rural, o serviço que resta depois de todos os outros terem desaparecido ou sido suprimidos pelo Estado. Tal ocorre por razões que penalizam a comunidade no seu todo, as instituições de uma forma geral e os atores. As ameaças à escola, que fragilizam a sua existência ou ditam o seu encerramento, são uma das dimensões do problema mais geral que afeta os meios rurais e daquilo que neles se reflete como resultado das políticas públicas. (AMIGUINHO, 2005, pg. 15-16).

Já para Antonio e Lucini (2007), a constituição histórica das práticas educativas emerge das necessidades de diferentes grupos sociais em acessar a educação. A perpetuação de traços coloniais na

estrutura social brasileira, na composição dos governos e na administração do público tem fortes raízes rurais e patriarcais, mas este contexto não impediu o surgimento de uma nova organização social, dada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) que tornou a partir da década de 1980, o mais combativo e forte movimento social do campo, tendo como um dos seus eixos de proposição e ação a educação, que se constituiu como uma necessidade no processo de construção e reconstrução do Movimento.

Nova pedagogia em debate: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e a educação do/no campo.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que aconteceu de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 1984, e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, no ano de 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores. Desde a sua criação o MST incluiu em sua agenda política a luta por escola, e a discussão sobre que escola deveria fazer parte da vida da família Sem Terra. (CALDART, 2003, pg. 51).

Dentro do contexto já apresentado, a educação desenvolvida nos meios rurais torna-se objeto de discussão dos sujeitos que a compõem. O Movimento Social – MST propôs a organização do trabalho pedagógico, nas práticas educativas, articulada a uma totalidade no processo de formação humana, na perspectiva de formar sujeitos sociais, que, mediante intervenção mais consciente na prática social, possam engajar-se no compromisso com a transformação social.

As principais práticas educativas articuladas na construção de política sociais públicas de educação nas áreas de reforma agrária têm se efetivado com subsídio de programa educacional. A realização dessas práticas educativas deve-se, em parte, às parcerias com Escolas Técnicas e Institutos das Universidades Federais e Estaduais, Ministérios e Órgãos Públicos.

Art. 7º § 1º A organização e o funcionamento das escolas do campo respeitarão as diferenças entre as populações atendidas quanto à sua atividade econômica, seu estilo de vida, sua cultura e suas tradições. (Brasil- MEC/2008)

Como apresenta Caldart (2003), a obra educativa do MST tem três dimensões principais: i) o resgate da dignidade a milhares de famílias que voltam a ter raiz e projeto. Os pobres de tudo aos poucos vão se tornando cidadãos: sujeitos de direitos, sujeitos que trabalham, estudam, produzem e participam de suas comunidades, afirmando em seus desafios cotidianos uma nova agenda de discussões para o país; ii)

a construção de uma identidade coletiva, que vai além de cada pessoa, família, assentamento. A identidade de Sem Terra, assim com letras maiúsculas e sem hífen, como um nome próprio que identifica não mais sujeitos de uma condição de falta: não ter terra (sem-terra), mas sim sujeitos de uma escolha: a de lutar por mais justiça social e dignidade para todos, e que coloca cada Sem Terra, através de sua participação no MST, em um movimento bem maior do que ele; um movimento que tem a ver com o próprio reencontro da humanidade consigo mesma; iii) a construção de um projeto educativo das diferentes gerações da família Sem Terra que combina escolarização com preocupações mais amplas de formação humana e de capacitação de militantes.

A partir do exposto, fica em evidência que a educação no movimento acontece de maneira permanente, em um movimento continuado de formação das pessoas. Escolarizar é incentivar a pensar com a própria cabeça, é desafiar a interpretar a realidade, elevando o nível cultural. É criar condições para que cada cidadão e cidadã construam, a partir dos seus pontos de vista, seus destinos.

O movimento social no campo representa uma nova consciência dos direitos, a terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, à saúde e à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizam, os riscos que assumem, mostram quanto se reconhecem sujeitos de direitos. (ARROYO e FERNANDES, 1999, pg. 12).

Complementando a tese de Arroyo e Fernandes, Benjamin e Caldart (1999), afirmam que no começo os Sem-Terra acreditavam que se organizar para lutar por escola era apenas mais uma de suas lutas por direitos sociais, direitos de que estavam sendo excluídos pela sua própria condição de trabalhador sem (a) terra. Ao passar dos anos notaram que se tratava de algo mais complexo. E ao perceber esta realidade começou a incluir em sua agenda de discussão uma proposta diferente de escola.

Educação do campo: projeto político pedagógico em desenvolvimento na Escola de Agroecologia Milton Santos Paiçandu-PR

Contexto histórico

A síntese a seguir, refere-se ao contexto histórico da construção do centro de educação no campo, denominada como Escola Técnica de Agroecologia Milton Santos, relatado por Moreira (2009). Segundo Moreira, no 4º Congresso Nacional do MST, realizado no ano de 2000, em Brasília, uma das linhas amplas de ação, tiradas como meta por esta organização foi a Agroecologia. A partir disto, desencadeou-se no início desta década um processo de construção de cursos com enfoque na Agroecologia. Iniciaram-se negociações junto a entidades como a UFPR (Universidade Federal do Paraná) e o INCRA (Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para execução de tal projeto.

Neste sentido, o MST do Paraná percebeu a necessidade de implantar mais um Centro de Formação na região norte/noroeste, ou seja, numa região onde há uma grande concentração de famílias assentadas entre as, aproximadamente, 20.000 famílias assentadas existentes no estado. Constituiu-se, assim, mais uma escola de formação e esta se deu em um espaço próximo a uma cidade pólo, no caso, Maringá.

De acordo com o Blog da Instituição, em março de 2002, durante a administração popular do Partido dos Trabalhadores (2001-2004), do prefeito José Cláudio, a prefeitura emitiu um Termo de Permissão de Uso de Bem Público à Cooperativa de Comercialização da Reforma Agrária Avante Ltda.(COANA), para a implantação de um Centro de Educação do Campo e Desenvolvimento Econômico Sustentável em Agroecologia. Em novembro do ano seguinte, esse documento foi redimensionado, com aprovação na Câmara dos Vereadores, para uma Concessão de Uso de Bem Público a Título Gratuito, para um período de 20 anos a contar da data da sua aprovação (2004). Os concessionários legais do termo são o Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária-ITEPA e a Universidade Federal do Paraná-UFPR (posteriormente, o ITEPA delegou sua representação à ATEMIS).

No final de 2004, a escola foi notificada de que dois hectares da área concedida haviam sido anteriormente doados à Secretaria de Estado da Justiça, para construir um Centro de Detenção Provisória (obra inaugurada em 2008). Ao se verificar a “dupla concessão”, foi constatado que no total, cerca de 6,5 hectares (cedidos ao projeto da Escola Milton Santos) estavam registrados em outra matrícula, devido a erro técnico-administrativo. Em dezembro daquele ano, no final do mandato do prefeito João Ivo, foi firmado um Termo de Permissão de Uso, a título precário, em nome do ITEPA/UFPR, por um período de 2 anos, do restante da área que havia ficado de fora da concessão (ou seja, 4,5 hectares).

Em 2006, surpreendentemente ignorando (ou desconhecendo) o referido Termo de Permissão de Uso (que vencia em dezembro de 2006), a prefeitura ingressou na Justiça Estadual com pedido de reintegração de posse da área que havia ficado de fora da escritura de concessão. Na tarde de 20 de junho, recebem o comunicado que o 4^a batalhão da Polícia Militar de Maringá está de prontidão para efetuar despejo. O juiz da 4^a Vara Cível dá, na mesma tarde, despacho favorável à EMS em função da existência do Termo de Permissão de Uso, concedida pela Prefeitura Municipal de Maringá no governo anterior, suspendendo a reintegração por 60 dias.

Em dezembro de 2012, após uma eleição municipal bastante polarizada, o juiz da Vara Federal despachou pedindo informações a respeito do eventual acordo político, pois iria arquivar a reintegração de

posse. O advogado da EMS/ITEPA informou que o acordo havia sido feito nos termos da lei 8.988/2011, e solicitou a extinção do processo. Surpreendentemente, por sua vez, a Prefeitura Municipal (gestão Pupin) informou que desejava rever o acordo, pois tinha interesse na retomada da área.

Em junho de 2013, diante da infundada insistência da Prefeitura Municipal em pedir a reintegração de posse, o juiz federal extinguiu o processo, dando ganho de causa à EMS e condenado o ente municipal a ressarcir o ITEPA em R\$ 5.000,00, devido às despesas judiciais. Na sequência, a prefeitura se movimentou para revogar, na Câmara Municipal, não apenas a lei 8.988/2011, mas toda a concessão, mesmo estando à concessão amparada por lei municipal. No dia 1 de agosto, o presidente da Câmara Municipal de Maringá recebeu representantes da Escola e de um grupo de apoiadores, com apoio de outros vereadores (especialmente do campo popular). E após um evento de agroecologia que houve na Instituição, contando com a presença de autoridades locais como o prefeito, o projeto de lei que pedia a revogação da concessão do terreno à Escola Milton Santos foi retirado da Câmara dos Vereadores.

Projeto político pedagógico em desenvolvimento: Uma “nova” prática pedagógica.

Tendo em vista os relatos acima, construção do Projeto Político e Pedagógico está embasada na Teoria da Organização, nas Normas Gerais do MST e no Método Pedagógico sistematizado pelo Instituto de Educação Josué de Castro-IEJC. Na concepção que orienta esse projeto, a formação deve ser constituída como um processo que visa ajudar a preparar militantes, estudantes e dirigentes para a ação e transformação, para o trabalho, o estudo, o cuidado com o ser humano e a natureza, para a pesquisa e a cooperação.

A Escola Milton Santos vem se consolidando como uma escola popular e ao mesmo tempo um Centro de Educação do Campo, por meio de diversas parcerias para a oferta de cursos formais e não-formais e outras atividades formativas.

Os cursos formais regulares são: Técnico em agroecologia, pedagogia para educadores do campo, Educação Profissional e Tecnológica (PRONATEC-Campo) e EJA- Fase II. Contando com o apoio permanente dos trabalhadores e trabalhadoras assentados e acampados de todas as regiões do Paraná e parcerias Estatais como: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Maringá-SEAB (gestão 2001-2004), Prefeitura do Município de Maringá (gestão 2001-2004),

Prefeitura do Município de Paiçandú, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia-SETI, Eletrosul, Petrobrás, EMBRAPA. Além das Instituições de Ensino Superior (Universidade Federal do Paraná-UFPR, Escola Técnica da UFPR-ET_UFPR, Instituto Federal do Paraná-IFPR, Universidade Estadual de Maringá-UEM, Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE) e diversas parcerias de Instituições nacionais e internacionais.

Para atingir seus objetivos, a EMS oferece o Curso Técnico em Agroecologia desde 2003, em parceria com o Instituto Federal do Paraná-IFPR (a parceria iniciou com a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná), com recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA. O curso pode ser oferecido nas seguintes modalidades, em função da demanda existente: Pós-médio (subseqüente ao ensino médio), com duração de 2 anos, Integrado ao ensino médio, com duração de 4 anos e Integrado ao ensino médio/Educação de Jovens e Adultos (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos-PROEJA), com duração de 2 anos.

O Curso Técnico em Agroecologia é oferecido em regime de alternância, sendo um período de 45 a 60 dias de Tempo-Escola e outro em Tempo-Comunidade (com atividades orientadas nas comunidades de origem dos educandos: pesquisas, oficinas, leituras, fichamentos, etc.). Cada etapa é composta de Tempo-Escola e Tempo-Comunidade. São 2 a 3 etapas ao ano, dependendo da modalidade. Tendo um termo

de compromisso assumido pelo formando no término do curso, com a finalidade de preparar o jovem para organização dos territórios da Reforma Agrária, e contribuir para o desafio da sustentabilidade nos assentamentos.

Seguindo a mesma lógica de pensamento, o curso de pedagogia para educadores do campo iniciou-se em abril de 2013 com a parceria entre a Universidade Estadual de Maringá-UEM, os Movimentos Sociais Populares do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA. O curso, com duração de 4 anos, será oferecido em regime de alternância (com períodos em Tempo Escola/Universidade e períodos em Tempo-Comunidade), e oferecerá uma formação diferenciada. Além da carga horária e dos conteúdos obrigatórios por lei, os educandos contarão com conteúdos específicos, demandados em função da sua atuação no campo.

Ainda seguindo a mesma direção, o EJA fase II, o curso deu início em 2013 sendo uma proposta apresentada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA, tendo como objetivo a alfabetização destes, a ampliação das condições do acesso à educação como um direito social e fundamental na construção da cidadania de jovens e adultos que vivem em áreas de assentamentos de reforma agrária, melhoria de vida dos moradores do campo, o mesmo é orientado de acordo com os eixos temáticos propostos pelas Diretrizes

Nacionais da Educação do Campo, tendo como tempo de duração 2 anos e organizado em forma de alternância.

E por fim o PRONATEC-Campo, é o resultado de uma parceria da Escola Milton Santos com o Instituto Federal do Paraná (campus de Paranavaí), mediante a demanda das comunidades da Reforma Agrária, em 2013 iniciou-se o curso “Atendente de Nutrição” e a partir de uma avaliação positiva deste, neste ano está prevista a oferta de uma continuação, o curso “Manipulador de Alimentos”. O mesmo é ofertado na modalidade Formação Inicial Continuada com carga horária de 240 horas, em regime de alternância (Tempo Escola e Tempo Comunidade) e de acordo com os princípios da Educação do Campo. O curso foi organizado em 4 etapas, com atividades orientadas no Tempo Comunidade.

Considerações finais

Diante do exposto, fica em evidência que a Escola Técnica de Agroecologia Milton Santos ao propor uma agricultura, fundamentada nas leis da ecologia, e contrapondo-se a uma agricultura depredatória em nome do lucro (disseminada pelo Agronegócio), e por ser um espaço de pesquisa para desenvolver agroecologia, sofreu diversos ataques por parte das elites econômicas da região.

Sua proposta pedagógica não se trata apenas de introduzir corretivos ao sistema que criou a atual crise ecológica, mas de educar

para sua transformação, superando uma visão reducionista e mecanicista ainda imperante. Como um todo se nota que os cursos oferecidos exigem um tratamento diferenciado às questões ambientais de forma global e integrada, passando por princípios éticos de responsabilidade e de cuidado pelo futuro comum da terra e da humanidade.

O regime de alternância presente na proposta pedagógica de cada curso exposto deixa claro que a troca de saberes com a comunidade dos assentamentos enriquece o aprendizado dando significação aos conteúdos estudados. Além disso, este também possibilita a continuidade dos saberes, repassados e praticados pelos educandos em suas comunidades e conseqüentemente uma perspectiva de vida. Como afirma Caldart, 2003:

O MST trabalha o tempo todo no limite entre humanização e desumanização; sua luta é de vida ou morte para milhares de pessoas, que fazem da sua participação neste Movimento uma ferramenta de reaprender a ser humano. (CALDART, 2003, pg. 52).

Sem dúvida, Caldart (2003) esta coberta de razão quando afirma que dentro desta proposta pedagógica as pessoas se educam aprendendo ser, pois ao educar elas constroem e fortalecem suas identidades. Todo este trabalho exige compromisso consigo próprio e para com a comunidade, a dedicação ao conhecimento científico

entrelaçado com a prática dentro da Instituição, reforça os saberes e consequentemente conquista parcerias.

Numa escola concebida como oficina de formação humana educadores são arquitetos, organizadores e animadores do ambiente educativo. Isto exige muita sensibilidade e domínio das artes da pedagogia, para ir fazendo as escolhas a partir de uma clara percepção de como está se desenvolvendo o processo educativo em cada educando e na coletividade como um todo; (Caldart, 2003, pg. 58)

Enfim, a pesquisa nos faz concluir que este novo projeto educativo em desenvolvimento na Escola Técnica de Agroecologia Milton Santos de Paiçandu-PR, é de suma importância para o desenvolvimento sustentável e para formação humanística dos envolvidos, pois, além de formar profissionais qualificados para trabalhar com a agricultura camponesa, nos assentamentos e comunidades rurais, o mesmo preserva o meio ambiente.

A Instituição não faz parte da rede pública de ensino, sendo uma escola de educação popular dos movimentos sociais. Seu funcionamento é garantido por meio de projetos, doações e trabalho voluntário, todavia, mediante a pesquisa, a mesma provou ser referência positiva em todo o país com sua nova proposta pedagógica e ainda exerce grande influência aos movimentos sociais que lutam pela formação humanística do ser humano e defendem o desenvolvimento sustentável.

Referências

AMIGUINHO, Abílio. **Educação em meio rural e desenvolvimento local**. Revista Portuguesa de Educação, 18(2), pp. 7-43, 2005, CIED - Universidade do Minho. Disponível em: <<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/rpe/v18n2/v18n2a02.pdf>>.

Acesso em: 25/07/2014.

ANTONIO, Clésio Acilino e LUCINI, Marizete. **Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 177-195, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a05v2772.pdf>>. Acesso em: 24/07/2014.

ARROYO, Miguel e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Por uma educação básica do campo: a educação básica e o movimento social no campo**. V.2. Brasília, 1999.

BENJAMIN, César e CALDART, Roseli Salete. **Por uma educação básica do campo: projeto popular e escolas do campo**. V.3. Brasília, 1999. Disponível em: <[file:///C:/Documents%20and%20Settings/Pc/Meus%20documentos/Downloads/Vol%203%20Educao%20Bsica%20do%20Campo%20\(3\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/Pc/Meus%20documentos/Downloads/Vol%203%20Educao%20Bsica%20do%20Campo%20(3).pdf)>. Acesso em: 21/07/2014.

BRASIL- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pr>>. Acesso em 21/07/2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) / MEC. **Panorama da educação no campo**. Brasília/DF, 2007. Disponível em: <<http://www.red-ler.org/panorama-educacao-campo.pdf>>. Acesso em: 27/07/2014.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação nas Escolas do Campo**. Parecer n. 36/2001 aprovado em 04 de dezembro de 2001. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/EducCampo01.pdf>>. Acesso em: 21/07/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 22/07/2014.

BRASIL. Secretária Estadual de Educação do Estado do Paraná. **Diretrizes Curriculares da Educação no Campo/2006**. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_edcampo.pdf> Acesso em 21/07/2014.

BUENO, Lucimar Moreira. **Escola Milton Santos**. Coluna do blog da Lucia/Domingo, 3 de maio de 2009. Disponível em: <<http://colunadoblogdalucia.blogspot.com.br/2009/05/escola-milton-santos.html>>. Acesso em 22/07/2014.

CALDART, Roseli Salete. **A escola do campo em movimento**. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003.

CALDART, R.S. **Movimento Sem Terra: lições de Pedagogia**. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 50-59, Jan/Jun 2003. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/roseli1.pdf> . Acesso em: 24/07/2014.

ESCOLA MILTON SANTOS DE AGROECOLOGIA. **Centro de Formação em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável dos Movimentos Sociais Populares do Campo**. Disponível em: <<http://atemisems.wix.com/escolamiltonsantosvc>>. Acesso em: 22/07/2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **A Carta da Terra na educação**/São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010/(Cidadania planetária ; 3). Disponível em: <<http://www.paulofreire.org/wp->

content/uploads/2012/CCP_Mat_Ref_Livros/EdL_A_Carta_da_Terra_n
a_Educacao_Moacir_Gadotti.pdf>. Acesso em: 26/07/2014.

_____. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2002.